

PESPECTIVA ETNO-HISTÓRICA NO ESTADO DO PIAUÍ – BRASIL

Cláudia A. Oliveira

Resumo

Analisando as concepções sobre os grupos indígenas no período colonial, este trabalho apresenta os dados etno-históricos (localização, grupos lingüísticos e aspectos culturais) dos grupos indígenas do estado do Piauí, em particular da área do Parque Nacional Serra da Capivara. Os dados etno-históricos relacionados aos dados arqueológicos demonstram que a ocupação, ou seja, o povoamento do interior do Nordeste, não ocorreu apenas pela pressão dos grupos indígenas do litoral, mas que essa área já estava ocupada por grupos pré-históricos antes da colonização européia.

Abstract

By analyzing the concepts about the indigenous groups in the colonial period, this work introduces ethnic-historical data (location, linguistic groups and cultural aspects) pertaining the indigenous groups in the State of Piauí, particularly in the area of "Serra da Capivara" National Reserve. The relation between the Ethnic-historical and archaeological data demonstrates that occupation, that is, the population growth of the interior of the Brazilian Northeast region did not occur uniquely as a result of the inland-pushing by sea coast indigenous groups. Indeed, the interior of the northeast of Brazil was already populated by pre-historic groups much prior to European colonization.

Concepções sobre grupos indígenas no período colonial

A primeira visão transmitida pelos cronistas e viajantes, no período colonial, sobre os grupos indígenas no Nordeste do Brasil revela uma separação cultural e lingüística entre os grupos habitantes do interior (os Tapuia) e os do litoral (os Tupi), tendo estes últimos se refugiado no interior, a partir do contato com os colonizadores. Perseguidos por senhores de engenho e bandeirantes, tanto no sul dos estados da Bahia e de Pernambuco como no norte do Maranhão, grupos indígenas teriam se reencontrado no estado do Piauí, às margens dos rios piauienses, onde, segundo Mott (1985:71), tiveram um pouco de tranqüilidade até a chegada dos brancos.

Para o período anterior ao conflito com os colonizadores, existem registros de vários autores relatando que grupos indígenas do litoral teriam sido expulsos por grupos Tupi e pelos colonizadores:

“diversos pequenos povos teriam sido expulsos do litoral nordestino pelo avanço dos Tupi em suas grandes migrações (Métraux, 1927), ainda em pleno processo quando da intrusão européia. A dispersão daqueles para os cerrados a oeste seria, por sua vez, limitada pela presença dos povos da família Jê, também reconhecidamente bem mais homogêneos cultural e lingüisticamente em seus subgrupos Timbira e Akwê, com os quais os povos do Nordeste central certamente mantiveram contatos..” (Dantas 1998: 433)

Pelas referências de Métraux, esses “pequenos povos” eram diferentes dos povos da família Jê. No entanto, Estevão Pinto (1935) apresenta esses grupos como sendo os “gês” que eram chamados de “tapuias”. Segundo este autor, os “gês” são os tapuias dos cronistas tradicionais. Viviam, provavelmente, em toda a costa do país, de onde foram expelidos pelos Tupi-guarani. Ocupavam toda a parte oriental do planalto brasileiro, desde as últimas cataratas dos rios Xingu e Tocantins até o paralelo de 30° Sul e teriam migrado de oeste para leste, vindos de local próximo do rio São Francisco (Pinto 1935:126).

Em alguns trabalhos não existem dúvidas de que os Tapuia são “Gês”, porém não fica claro se a nomenclatura utilizada está relacionada ao nome de grupos indígenas ou a uma filiação lingüística. Consta-se também a utilização indiscriminada dos termos “tribo”, “povo”, “raça” ou “nação”, como podemos verificar na seguinte citação:

*“Ao mesmo tempo que os tupis migravam para o Norte, os gês, vencidos e alcunhados de **tapuias** (bárbaros) pela **raça** (grifo nosso) conquistadora, iam se recolhendo ao ocidente e para o fundo das florestas.” (Ribeiro, 1966:53)*

No período colonial, os Tapuia eram considerados inimigos dos grupos da costa, que os tinham expulsado. Não eram canibais, não plantavam mandioca, faziam lavoura de milho e outros “legumes” e, segundo Soares de Souza (*apud* Dantas et al. 1998:437), utilizavam os “*contrários como escravos*” que, por sua vez, eram vendidos aos portugueses.

*“Os tradicionais povoadores da Bahia de Todos os Santos teriam sido os Tapuia, dela expulsos pelos seus contrários Tupinaé, que descem do sertão atraídos pela fartura de terra e mar dessa província. Os Tupinaé, por sua vez, seriam desalojados pelos Tupinambá que, procedentes de além do rio São Francisco, lhes farão oposição e se transformarão em senhores da terra. Desse modo os Tupinaé teriam retornado ao sertão e se defrontado com seus inimigos Tapuia” (Soares de Souza 1971:299-300 *apud* Dantas et al. 1998:434).*

Soares de Souza descreve que o motivo dessa inimizade teria sido demonstrado por Balée ao afirmar que os recursos faunísticos do oceano, bem como as férteis florestas costeiras, constituíam os despojos das guerras pré-colombianas. Os grupos do interior tentavam pescar o parati (*Mugil brasiliensis*) durante as piracemas anuais que ocorriam nas desembocaduras dos rios próximos ao oceano. Esta teria sido também a razão pela qual os Tupinambá e outros grupos de língua Tupi expulsaram os não-Tupi (ou Tapuia) do litoral (Ribeiro, B. 1984, 1992).

Encontramos ainda referências aos Tupinambá (Tupi) como sendo procedentes do rio São Francisco, demonstrando a presença e uma penetração maior desses grupos também no interior (Fig.01).

Os Tupi teriam seguido a rota de migração desde a área Brasil/Bolívia, passando pelo Paraguai e subindo a costa do Brasil. Esta suposição baseia-se no fato de que as línguas faladas ao longo dessa rota, incluindo o Chiriguano, o Guaraní e o Tupinambá, são tão próximas umas das outras quanto os dialetos de uma única língua (*Cf.*Urban 1998: 89).

Hoje sabemos que sob a denominação de “**Tapuia**” existiam diversos grupos étnicos no período colonial e que não apresentavam uma homogeneidade cultural. No entanto, eles aparecem como os grupos que viviam no sertão e possuíam um modo de vida comum, sem aldeias, redes, “casas”, e que desconheciam a cerâmica. Esses grupos usariam botoques em forma de discos, enormes clavos e flechas de madeira, denteadas ou com lâminas de taquara de dois gumes, e poucos deles conheceriam a agricultura ou a teriam adotado após o contato com os colonizadores¹.

Conforme Estevão Pinto (1938:62), os “*gês desconheciam a agricultura, que só vieram a praticar na época da colonização: já no tempo de Gabriel Soares de Sousa os tapuias plantavam milho e alguns legumes. É possível mesmo que, em alguns casos, esse conhecimento fosse adquirido após o trato com os tupi-guaranis.*” Para este autor, a agricultura praticada pelos cariri² era bem desenvolvida (mandioca, feijão, milho etc), superior a dos “gês” e menos avançada que a dos Tupi-guarani. Os “Gês” viviam do mel que colhiam das árvores, da caça e pesca. Assentavam seus ranchos, levantando para isso algumas choupanas de onde partiam para a coleta do mel e a caça, até uma distância de 2 ou 3 léguas, depois do que se deslocavam para outras partes (Sampaio 1956; Baptista 1994)

Colonização

A colonização no estado do Piauí teve início apenas no final do século XVI e começo do século XVII. Ao contrário do processo de povoamento de outros estados brasileiros do interior, teve início a partir do rio São Francisco e seguiu para o litoral quando chegaram as primeiras expedições dos bandeirantes à procura da mão-de-obra indígena e de metais preciosos. Posteriormente, com a expansão da pecuária para o sertão nordestino, surgiram vários povoados, futuros pontos de instalação das freguesias, missões e vilas. Muitos desses povoados e fazendas foram instalados em áreas de antigas aldeias indígenas. Segundo Mott (1985), a fazenda de gado, nesse período, foi o germe do povoamento dessa região e constituiu o modelo dominante de ocupação do território. Assim, vinculada ao sistema econômico do período colonial, a pecuária produzia uma demanda de gado para os engenhos açucareiros e, a partir do século XVIII, para a região aurífera de Minas Gerais.

O processo de extermínio da população indígena no interior do sertão foi se intensificando, a partir do século XVII, com o avanço dos colonizadores, inte-

ressados principalmente na liberação das terras e na obtenção da mão-de-obra indígena para a lavoura e a pecuária, assim como para serviços de guias ou para combater outros grupos indígenas. Essa fase é marcada também pela presença dos padres jesuítas que, com o objetivo de catequese, fundam as missões ou reduções destinadas a reunir as populações indígenas.

No estado do Piauí, foram fundadas as missões: de **São João do Sende** (1768), localizada a 8 léguas ao norte de Oeiras onde foram agrupados os índios Gueguê e Jaicó; **São Gonçalo de Amarante** (1731), atualmente a cidade de Regeneração, com os Gueguê, Acroá e Timbira; e, finalmente, a missão de **Cajueiro** (1679) onde a maioria dos seus índios eram os Jaicó, sobre cuja localização não existem referências.

O processo de colonização do estado do Piauí teve início, portanto, num período tardio em relação ao litoral. Isso poderia ter representado um fator positivo na preservação de comunidades indígenas, pois os grupos indígenas teriam sobrevivido por um período maior após o contato com os colonizadores, fato que gera uma possibilidade de se obterem mais dados sobre as suas culturas. No entanto, o extermínio dessas populações foi tão rápido e violento que restaram apenas informações gerais e muitas vezes imprecisas sobre sua localização e alguns de seus aspectos culturais.

Dados etno-históricos

Localização dos grupos indígenas

Os dados etno-históricos sobre os grupos indígenas no estado do Piauí são escassos e em alguns casos, contraditórios. Quanto à nomenclatura utilizada, observamos um grande número de grupos indígenas diferentes que apresentam denominações semelhantes, assim como um mesmo grupo com vários nomes de mesmo significado. Um dos motivos da imprecisão desses dados teria sido, segundo Araújo et al. (1998:74), a constante migração desses grupos em busca de alimentos e terras férteis, como também pela guerra contínua que os obrigava a se deslocarem de um lugar para outro.

Estevão Pinto (1956:62) discute o problema da duplicidade de nomes dados às “tribos” do Nordeste e mostra em uma tabela os seus sinônimos (Tabela 01). Segundo Mott (1979), os *Timbira*, *Acroá* e *Gueguê* eram designados também pelos sertanejos por “*Gamela*”. Para Hemming (1997:121), os Xicriabá e os Acroá eram denominados de “*guenguéns*”. Os Xavante e Xerente eram co-

nhecidos pela designação de “*Acuéns*.” Todos esses grupos eram “*tribos guerreiras dos jês*”, que habitavam as vastas planícies secas entre o São Francisco e o médio Tocantins e o Araguaia.

Os Botocudo eram denominados “*Aimoré, Ambaré, Guaimuré ou Embaré*” e, a partir do século XVII, também eram referidos como “*Guerén, Gren ou Kren*”, que seriam autodenominações do grupo. Todas essas denominações foram substituídas, no século XIX, por “*Botocudo*” quando os pesquisadores suspeitaram da conexão entre as três designações – “*Aimoré, Kren e Botocudo*” – como pertencentes a um mesmo grupo indígena (Cf. Paraiso 1990:64-65; Dantas 1998:434). Acreditamos que parte da ambigüidade da nomenclatura observada nesse período pode estar relacionada à grande quantidade e diversidade étnica dos

pos de nossa área de pesquisa. Esse agrupamento é provisório e foi utilizado apenas para sistematizar os dados, pois sabemos que poderão existir denominações semelhantes para grupos diferentes³.

Muitos nomes das “tribos” citadas como existentes no estado do Piauí não foram registradas por Curt Nimunendaju em seu mapa etno-histórico; outros restaram apenas como denominações de localidades, como é o caso de *Gilbué*, situada no sudoeste do estado. O nome “*Beicudo*” provavelmente uma denominação para os “Botocudo” e os nomes “Cherens, Cherentes e Xerentes” poderiam ser grafias diferentes para o mesmo grupo.

Registramos ainda, no estado do Piauí e em suas fronteiras, referências sobre diversos grupos das famílias lingüísticas dos troncos Tupi, Macro-Jê e, possivelmente, da família Karibe⁴, além de algumas línguas isoladas (Fig. 01). Os grupos indígenas mais citados, na área do Parque Nacional Serra da Capivara, no sudeste do estado, foram os *Akroá*, *Aruá*, *Aruasi*, *Guegué*, *Kamakan* e os *Pimenteira*.

- Grupos do Tronco Tupi

Os grupos indígenas filiados ao Tronco Tupi são os Amoipira, Tabajara, Ubirajara, Potiguara e Guarani. Estavam localizados no litoral, no sul do estado e nas margens dos rios São Francisco e Parnaíba. Segundo Nunes (1975:29), os Amoipira seriam descendentes dos Tupinambá, que vieram para o Piauí pelo rio São Francisco. Esses grupos teriam ocupado essa área depois da invasão dos brancos ou emigrado para o Maranhão e o Pará, como ocorreu com os Guarani depois de 1713 (Mott 1985:122).

No início do século XVII, segundo Hemming (1997: 116), a maior parte das terras do Pará ao Parnaíba eram ocupadas por populações conhecidas pelo nome de Tupinambá, e a maioria dos Tupi do Maranhão haviam migrado para lá depois da invasão, pelos portugueses, de seus locais de origem, mais ao sul. De acordo com este autor, “*uma análise cuidadosa de várias fontes escritas indica como seu lugar de origem o Pernambuco, possivelmente o baixo São Francisco, talvez Cabo Frio e Guanabara. Apesar disso, parece provável que alguns tupis tenham ocupado essa área norte antes de 1500.*”

Os lingüistas trabalham com hipóteses de que a área geral de dispersão dos povos Macro-Tupi seria, provavelmente, entre o Madeira, nas cabeceiras do

Tapajós, e o Xingu e teria ocorrido entre 3 e 5 mil anos atrás, com exceção dos Tupi-guarani. Estes últimos povos estariam concentrados numa área no Brasil centro-oeste entre o rio Madeira, a oeste, e o rio Xingu, a leste. A grande expansão demográfica das línguas Tupi não está associada à antiga dispersão Macro-Tupi e, sim, à “explosão” que ocorreu há uns 2 ou 3 mil anos com a expansão da família Tupi-Guarani. Conforme Urban (1998:93),

“no momento em que se chega à língua Tupi-Guarani propriamente dita, a mobilidade geográfica é um traço essencial. Em suma, os grupos Tupi, a cada diferenciação sucessiva, parecem se tornar mais migratórios, menos presos a espaços físicos. As línguas e (se pudermos passar da língua para a cultura) as culturas se tornam cada vez mais móveis.”

-Grupos do Tronco Macro-Jê

Os grupos Akroá, Canella, Botocudo, Guegué, Jaicó e Timbira fazem parte do Tronco Macro-Jê e estariam mais concentrados na parte central e no sul do estado do Piauí. O *habitat* das populações Jê era o planalto brasileiro e, de acordo com as hipóteses dos lingüistas, toda a rede de línguas geneticamente filiadas ao tronco Jê estaria concentrada na parte oriental e central do planalto. Segundo Urban (1998:90), “o grupo Jê teria se originado em algum lugar entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, possivelmente nas proximidades do grupo Jê Central atualmente extinto, conhecido como *Xakriabá*.” A radiação desse grupo central teria iniciado há uns 3 mil anos e, se uma série de línguas, atualmente extintas no nordeste brasileiro, fossem ligadas ao Macro-Jê, isso poderia indicar uma origem mais a nordeste.

Nesse contexto, a distribuição geográfica da família Jê contrasta, segundo Rodrigues (1986: 47), com a da família Tupi-Guarani, a qual se situa em áreas de floresta tropical e subtropical. No entanto, através dos dados levantados, observamos uma área de dispersão da família lingüística Tupi-Guarani bem mais ampla do que se pensava, abrangendo áreas do interior e não apenas do litoral.

-Grupos da família Karib

Representantes da família Karib, no sudeste do Piauí, segundo alguns autores, como Joaquim Chaves, Correia de Araujo e João Ribeiro, seriam os Pimenteira. No entanto, para Curt Nimuendaju, eles pertenceriam ao grupo lingüístico

Botocudo do Troco Macro-Jê. De acordo com Estevão Pinto, a posição lingüística dos Pimenteira é ainda, de certo modo, obscura e “*não podemos incluir definitivamente os caraíbas na área nordestina.*” (1935:147).

A dificuldade de classificar e o fato de haver ambigüidade na classificação dessas línguas, para alguns autores, devem-se a serem extintas e, para a maior parte, a não existirem registros escritos.: são as chamadas **línguas mortas**. No Nordeste, o único grupo que permaneceu com sua língua e resistiu ao grande impacto colonial foi o dos Fulniô de Águas Belas, no estado de Pernambuco, que falam o Ya-thê do Tronco Macro-Jê.

Os Pimenteira teriam se refugiado do colonizador do litoral nordestino, ocupando uma vasta região entre os atuais estados do Piauí e de Pernambuco e na fronteira dos estados do Maranhão e de Goiás. Para Aries de Casal,

“alguns grupos seriam descendentes de vários casais que viviam domesticados com os brancos nas vizinhanças de Quebrobó, e que desertaram pelos anos de 1685, a fim de não acompanharem as bandeiras quando faziam guerra aos indígenas.” (Apud Maranca 1976, Mott 1985, Baptista 1994, Araujo et al. 1998).

-Grupos de línguas isoladas

As línguas isoladas são importantes para se compreenderem as fases mais antigas da história da cultura. Conforme Urban (1998:101-102), elas datam além do alcance da técnica comparativa, anterior a 4000-5000 a. C.

“Parte-se do princípio de que a área geográfica na qual estão concentrados os membros mais divergentes de uma família é provavelmente a área de origem. Supõe-se que outras comunidades lingüísticas tenham migrado do local de diversidade. Estendendo tal princípio às línguas isoladas, já que estas não possuem filiação genética conhecida, diríamos que áreas em que encontramos concentrações de línguas isoladas são provavelmente focos de dispersões muito antigas.” (Urban, 1998: 101/102)

Os grupos de línguas isoladas no nordeste seriam os Kariri, os Gamella, os Kamakã e os Massacará. De acordo com Urban (1998:99), existe nesta região uma aglomeração de línguas isoladas sugerindo que, numa data muito remota, os ancestrais dos Macro-Jê teriam estado em algum lugar do Planalto entre as bacias do São Francisco e do Tocantins.

Dados etno-históricos e a tecnologia da cerâmica

Para o estudo sobre os grupos pré-históricos ceramistas do sudeste do Piauí, procuramos identificar quais os que, nesse período, utilizavam cerâmica na atual área do Parque Nacional Serra da Capivara. Encontramos os grupos Kamakan⁵, Botocudo, “Gês”, Kariri e Coroado.

-Os Kamakan

As referências sobre o uso da cerâmica entre os Kamakan provêm de Métraux (1927). Segundo o autor, esses grupos, que praticavam enterramento secundário em urnas de cerâmica, poderiam ter chegado a São Raimundo Nonato. O cadáver era inicialmente enterrado em posição fetal, em uma fossa de 1,20 m a 1,50 m de profundidade, tendo ao seu lado armas e uma jarra contendo uma bebida; tudo era em seguida coberto de terra. Faziam uma fogueira sobre a sepultura que era recoberta com ramagens. Um pote de cerâmica na fossa indicava a idade e o sexo do morto. Depois da decomposição da carne, os ossos eram coletados e introduzidos em uma urna funerária, que era enterrada em um buraco não muito fundo.

Estêvão Pinto (1956:202) relata que os “*camacan*” fabricavam louças de barro ou de pedras pulverizadas e que Nimuendaju encontrou nos territórios “*Camacan*” restos de *louça* de feitio esférico e com sulcos, no topo, feitos pela pressão dos dedos. A técnica da fabricação era, aproximadamente, a mesma usada por algumas tribos de Pernambuco. Segundo este autor, esses grupos enterravam os adultos na mata, de “*cócoras*”, sendo o túmulo recoberto com folhas de palmeira, por cima das quais se colocavam pedaços de carne fresca. Quando esta desaparecia, acreditavam que seus mortos estavam satisfeitos. Algumas vezes enterravam o defunto com os seus arcos e flechas, outras vezes cremavam os seus mortos. Estêvão Pinto (1956:206) assim relata:

“cerca de quatro anos após a inumação, levam os ossos do cadáver, para a aldeia, depositando-os em um girau novo, pintado de várias cores e recoberto de camada de terra batida. Durante uma lua, parentes e amigos dançam e bebem em honra do extinto. Os restos mortais são, depois dessa cerimônia, postos num camocim, que é enterrado: a boca da urna, que fica à flor da terra, cobre-se com varas soltas.”

A única referência sobre a cerâmica pintada entre esses grupos foi encontrada em Estevão Pinto (1938:311), no seu livro História dos índios do Nordeste, quando explica a finalidade da cremação entre os “Camacã”.

“Esses grupos cremavam o cadáver dos velhos, a fim de evitar que os mesmos tornassem à terra sob a forma de onças: punham-se as cinzas em urnas (a cremação, posteriormente, foi substituída pela fogueira acesa na superfície da tumba). Os camacãs praticavam, também, um segundo sepultamento: durante uma lunação celebravam festas em honra dos osos, os quais, em seguida, metiam em igaçabas pintadas. As almas dos bons reencarnavam-se nos recém-nascidos; as dos maus permaneciam no firmamento a provocar tempestades.”

-Os Botocudo

Os Botocudo usavam, para cozinhar, panelas de cerâmica de cor cinzenta e, segundo Paraiso (1990:56), para guardar água, utilizavam cabaças ou talas de bambu, cortadas na altura de um nó, que funcionavam como fundos de vasilhame. Quando rachavam, eram remendadas com cera. Esses grupos consumiam os animais chamuscados, depois de esfolados. As vísceras eram limpas, assadas e depois consumidas. Tudo indica que o condimento originalmente usado era a argila. O sal teria sido introduzido depois do contato, o que poderia ter provocado sérios distúrbios gástricos e resultado na morte de alguns índios.

Segundo Estevão Pinto (1938:313), os Botocudo enterravam seus mortos próximo às cabanas, com pernas e braços amarrados com cipós, em tumbas algumas vezes redondas e, sobre a sepultura, era colocada uma espécie de “dossel” construído com varas e palhas.

-Os “Gês”

É também Estevão Pinto (1938:152) que nos fala dos grupos “Gês”. Ora refere-se a eles como uma denominação geral para os grupos do interior, ora como um grupo particular que produzia cerâmica. Ao falar da cerâmica que esses grupos produziam, no início deste século, diz que seria de origem relativamente moderna, sendo caracterizada pela técnica “rudimentar”, pela simplicidade das formas e pela ausência das grandes cubas destinadas às bebidas.

-Os Kariri

Os Kariri faziam redes e uma cerâmica “rudimentar, semelhante à dos Shucuru de Cimbres.” Alguns usavam botoques; e sobre a manufatura da cerâmica, Estevão Pinto (1938:152-153) cita Marcgrav que descreve o processo da seguinte forma :

“A todos os vasos dão princípio em cima duma folha de bananeira sobre os joelhos; depois assentam-nos num prato grande pulverizado de cinza, sobre o qual acabam de lhe dar a forma e o enfeite. Elas mesmas (refere-se às mulheres) procuram, acarretam, amassam o barro, e vão buscar a lenha para no sábado à noite cozerem a obra da semana, em grandes fogueiras num terreiro, sem que os maridos lhes dêem o menor adjutório”.

-Os Coroado

Os Coroado certamente produziam cerâmica, pois utilizavam urnas funerárias para enterrar seus mortos. Estevão Pinto (*Op. Cit.*: 313-314), quando relata a forma de sepultamento desses grupos, fala indiretamente sobre o uso da cerâmica. Segundo o autor, após a morte, os Coroado quebravam os braços e as pernas do defunto, e os ossos eram enterrados “*metidos em uma igaçaba.*” Acreditavam que “*a alma do morto erra em torno do túmulo*” e, por esse motivo, limpavam cuidadosamente os arredores do mesmo.

-Os Tupi

Sobre a cerâmica dos grupos Tupi existem referências em vários documentos etno-históricos. Encontramos informações referentes à produção e às características técnicas da cerâmica usada por esses grupos, havendo inclusive uma distinção entre a cerâmica do Sul e a do Nordeste. Lery ressalta a variedade das formas dos vasos fabricados pelos Tupi do litoral. Segundo este autor, os Tupi produziam “*potes e grandes vasilhas de barro para fazer conservar a bebida do cauim, e também panelas redondas e ovais, frigideiras medianas e pequenas, pratos e outra espécie de vaso de barro, que não é bem lisa por fora, mas é tão perfeitamente polida no interior, e tão completamente vidrada com certo licor branco, que endurece, que não é possível aos nossos oleiros de cá prepararem melhor as suas louças de barro*”(....) “*diluíam “tintas pardacentas” e traçavam a pincel, na louça, numerosos desenhos, “como ramagens, labores eróticos”, principalmente nas peças*

onde guardavam farinha e outros mantimentos; as figuras diferiam umas das outras, pois não possuíam modelo. Muitas vezes o forno de cozer a louça consistia em uma cova. Os vasos destinados às bebidas fermentadas eram geralmente de notável dimensão". (Lery Apud Pinto 1938:151)

Encontramos ainda registros da utilização da cerâmica entre os Xucuru de Ararobá (Pernambuco), os quais "*possuíam uma técnica olar muito primitiva.*" (Cf. Pinto 1938) .

Considerações sobre os dados etnográficos e as pesquisas arqueológicas

Verificamos nos documentos consultados que os grupos indígenas do interior do nordeste teriam se refugiado em "terras áridas" porque teriam sofrido perseguições, tanto de outros grupos indígenas como dos colonizadores. Este teria sido também o caso de grupos ao longo do vale do São Francisco que foram perseguidos por vaqueiros da Casa da Torre até o sul do Piauí (Martin 1996). Segundo Fernandes (1975), os "*Tupi tiveram de adaptar-se, progressivamente, a regiões cada vez mais pobres, para escapar ao destino de transformarem-se em camponeses, diluindo-se demográfica e culturalmente nas populações caboclas regionais*" (Apud Porto Alegre 1993: 195-218)

Por outro lado, as pesquisas arqueológicas na área do Parque Nacional Serra da Capivara apresentam uma seqüência cronológica para os grupos pré-históricos ceramistas com datações cobrindo um período desde aproximadamente 4000 anos BP ou, possivelmente, 8960 ± 70 BP (Guidon; Pessis 1993), até o período da colonização, demonstrando que esta região já era efetivamente uma área ocupada antes da colonização européia.

A localização de grupos da família lingüística Tupi vem sendo assinalada no sertão por Soares de Souza, desde o período colonial, ao se referir aos Amoipira, localizados no sertão baiano. Esse grupo faria parte de uma onda migratória dos Tupinambá que invadiram a Bahia pelo interior e fixaram residência na zona de Petrolina, na margem esquerda do São Francisco, rio acima, numa extensão de cem léguas (Estevão Pinto⁶ 1935, 1938; Apud OTT, Carlos 1958:14-15). As referências etno-históricas apontam uma migração para os grupos Tupi pelo interior. Os Tupi-Gurani eram recém-chegados à costa, *vindos do interior*, de onde tinham expulsado os Tapuia⁷ (Pereira Junior 1967). Calderon (1967), baseado nas referências de Métraux, trabalhou com essa hipótese,

segundo a qual as culturas portadoras de cerâmica chegadas ao estado da Bahia procediam do interior, seguindo um caminho perpendicular à costa.

As pesquisas arqueológicas sobre os grupos pré-históricos ceramistas no litoral levaram à conclusão de que a cerâmica tinha características uniformes e foi relacionada a grupos da filiação lingüística Tupi-Guarani. No interior do nordeste encontramos as tradições ceramistas Aratu, Una, além de um conjunto de outros tipos de cerâmica ainda não relacionados a grupos pré-históricos, demonstrando haver uma variedade maior na tecnologia cerâmica, com datações mais antigas do que no litoral.

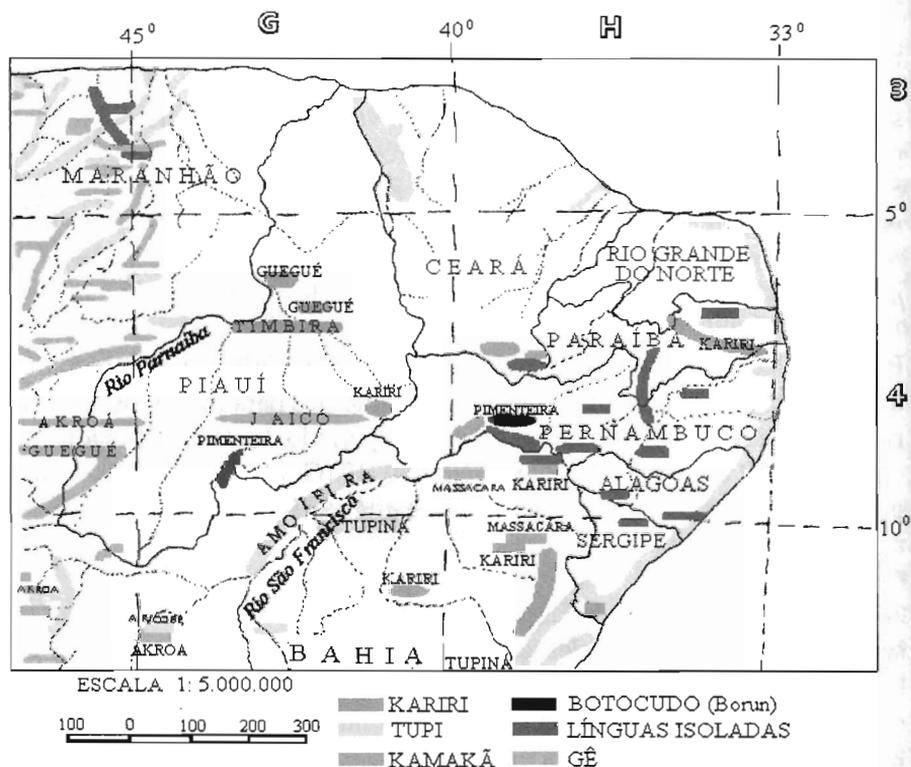


Figura 01- Mapa

Parece existir uma compatibilidade entre os dados arqueológicos e as informações etno-históricas que apontam para a existência, no litoral nordestino, de grupos indígenas com homogeneidade étnica e lingüística, adaptados a um ambiente de floresta tropical, e, no interior, para a diversidade cultural de grupos adaptados a um ambiente de caatinga. Entretanto, muitas questões devem ser esclarecidas para a reconstituição da pré-história nessa região, e a primeira que deve ser considerada é que o interior do nordeste já era povoado no início da colonização pelo litoral, desfazendo a visão européia do seu povoamento a partir do litoral. A grande quantidade de sítios arqueológicos registrados nesta área permite o levantamento de hipóteses sobre a sua ocupação. Vários desses sítios apresentam uma cerâmica com características técnicas semelhantes à de sítios do litoral. Se existe uma relação desta cerâmica com os grupos lingüísticos do Troco Tupi, podemos confirmar a hipótese de Soares de Souza de que esses grupos teriam vindo do sertão para o litoral.

A partir dos dados arqueológicos, podemos perguntar quais seriam os vestígios arqueológicos que poderiam ser filiados aos “*Tapuia*”. Através das informações etno-históricas identificamos que os grupos que utilizavam cerâmica, no estado do Piauí, eram os Kamakan, Kariri, “Gê” e Coroado, todos eles considerados *Tapuia*. Nesse caso, se eles tivessem sido expulsos do litoral, deveríamos encontrar os seus vestígios nessa área, a não ser que tivessem sido expulsos para o interior antes de desenvolverem a tecnologia cerâmica. Até o presente não encontramos ainda, no litoral, uma cerâmica que pudesse ser relacionada a grupos “*Tapuia*”.

Verificamos também nos dados etno-históricos a presença de grupos indígenas característicos de áreas de floresta tropical em ambientes de caatingas, o que nos leva a questionamentos sobre o sistema de adaptação desses grupos em diferentes ambientes, assim como sobre a sua origem.

Finalmente, podemos assegurar que o interior do Nordeste já estava ocupado e que, quando os grupos indígenas do litoral foram pressionados para o interior, encontraram já essa área ocupada. Precisamos, entretanto, ampliar os estudos na região para podermos investigar como ocorreram a interação, os impactos ou conflitos entre os diversos grupos que ocupavam o litoral e o interior.

Referências bibliográficas

ARAÚJO A. J. G. de., PESSIS A. M., GUERIN C., MIRANDA DIAS C. M., ALVES C.,

- SALAROLI LA SALVIA E., OLMOS F., PARENTI F., DALTRINI FELICE G., PELLERIN J.; EMPERAIRE L., CHAME. M.; MENESES LAGE, M.C.S., FAURE, M., GUIDON N., PINTO DE MEDEIROS R., GAIOTTI SIMOES P.R. **Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil**. São Raimundo Nonato, Piauí: FUMDHAM, 1998. 94 p. il.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. Teresina: EDUFPI/APL, 1994. 115p.
- BROCHADO, José Proenza Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. **CLIO**. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, 1987. Recife, v.1, n.4, p. 85-88, 1991. Número extraordinário. (Série Arqueológica).
- CERQUEIRA, Maria dos Milagres. As comunidades indígenas de Pernambuco. **CLIO**, Recife, v.1, n. 5, p. 257-271, 1982. (Série Arqueológica).
- DANTAS Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro – um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1998. p. 431-456.
- DOMINGUES, Ângela. As sociedades e as culturas indígenas face à expansão territorial luso-brasileira na segunda metade do século XVIII. In: BRASIL às vésperas do mundo moderno. Catálogos Nordeste (séc. XVIII), 1992.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1998. p.381-396.
- GUIDON, Niède; PESSIS, Anne-Marie. O homem no sudeste do Piauí da pré-história aos dias atuais. A integração homem-meio. **Carta Cepro**, Teresina, v.13, n.1, p.125-143, 1988.
- HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. In: BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina: A América Latina Colonial I**. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Brasília. DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1997. p.101-128. (Tradução Mana Clara Cescato).
- LUCENA, Veléda. Ocupação humana no semi-árido nordestino. **Revista Agreste**, Recife, n. 3, p.36-37.
- MAGALHÃES, Erasmo de A. O Tupi no litoral. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v.7. p.51-68, 1993.
- MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife, Ed. Universitária-UFPE, 1996, 440 p., il.
- METRAUX, Alfred. **La civilization matérielle des tribus tupi-guarani**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Gauthnier, 331p. 1928.
- MOTT, Luiz R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí Colonial. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 22, p.61-78, 1979.
- MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial; população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrónio Portella, 1985. 144p.

- NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico**. Rio de Janeiro, IBGE. 1981. 1 mapa.
- NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí**. 2.ed. Rio de Janeiro: Artenova. 1975. v. 1, 1975.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. **Dédalo**, São Paulo, n. 28, p. 63-95, 1990.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Piauí: Artenova. 1974. 212p.
- PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste**. São Paulo, vls. 1 e 2, n. 44, 1938. il. (Col. Brasileira, Ser.5).
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. Guerra dos Bárbaros. **Resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial**. Recife: SEC. Ed./FUNDARPE, 1990. 143p.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Aldeias indígenas e povoamento do nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da cultura de contato. In: DINIZ, E. et al. **Ciências Sociais Hoje**. 1993. 195-21.
- RIBEIRO, Berta G. Perspectivas etnológicas (1957-1988) para arqueólogos. In: MEGGERS, Betty J. (ed.) **Pré-história Sudamericana: Nuevas perspectivas**. Chile: Editora Universitária, 1992, p 113-142.
- SILVA, Orlando Sampaio. **Tuxá - Índios do Nordeste**. São Paulo, Annablume, 1977, 214 p. il.
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1998. p. 87-102.

Notas

Cláudia A. Oliveira - Núcleo de Estudos Arqueológicos - Universidade Federal de Pernambuco - olivas@hotlink.com.br

- 1- A maioria da documentação sobre os Botocudo, segundo Paraiso (1990:73), aponta que a agricultura foi atividade adquirida após o contato com os colonizadores, como resultado imposto pelas tentativas de sedentarização do grupo e de sua inserção no sistema produtivo. Para a autora, esta visão pode, entretanto, ter sido parcial, o *“que não excluiria a possibilidade de o grupo apresentar, na fase pré-contato, uma agricultura incipiente, que se teria desarticulado, posteriormente, com as pressões sofridas pela posse de seus territórios. É possível afirmar que os Botocudo, em virtude, não aprenderam as técnicas agrícolas com os colonizadores, mas as teriam reintroduzido, inclusive com novos padrões, mais adequados às propostas da nova economia. Deve-se ressaltar, entretanto, que tais hipóteses ainda não puderam ter confirmação até o presente momento.”*

- 3- Para o estudo da identificação e classificação desses grupos, utilizamos o levantamento etnográfico dos grupos indígenas no Brasil feito por Curt Nimuendaju (1981).
- 4- Encontramos como sinônimos os termos “caribe”, “caraíba” ou Karib.
- 5- Os Kamakã, para Metraux, seriam da família lingüística Jê.
- 6- **Tapuia** – *“Aimoré (Guaimure) no sertão vizinho ao Tupiniquis ; os Kariri (Obacoatira) ilhas do São Francisco; os Karapotó (Parapotó) nas serras das capitanias de Pernambuco e Paraíba, supostamente conhecedores da “língua dos de mar”. Soares limitar-se-á a ressaltar-lhes a inimizade com os da costa, pelos quais dela tinham sido deslocados; o não serem praticantes de canibalismo, servindo-se tão somente dos contrários como escravos, os quais são vendidos aos portugueses com que têm comunicação; tampouco plantarem mandioca e fazerem lavoura, “salvo de milho e outros legumes” (Dantas et al. 1998 : 339-40).*
- 7- Segundo Estevão Pinto *“os Tupi da Bahia teriam vindo do sertão e, chegando ao litoral, afastaram os Tapuia e posteriormente foram novamente empurrados pelos Tupinambá para o interior. Parte dos Tupinambá parou na margem esquerda do rio São Francisco e constituiu a nação Aimopira. Os Tupinambá também provinham do sertão de além São Francisco. Os Gariba, vindos provavelmente das cabeceiras dos rios Tapajós e Xingu, partiram para os afluentes da margem esquerda do rio Amazonas e atingiram as “Pequenas Antilhas”, dos quais seriam encontrados representantes nas cabeceiras dos grandes rios citados: em Bauré e São Miguel (afluentes do rio Madeira), nos sertões de Pernambuco e no Piauí. (Cf. Pinto 1935, 1938).*
- 8- Soares de Souza descreve que os *“Tupinaé” (grupo Tupi) teriam vindo do sertão, desalojando os Tapuia do litoral e, em seguida, teriam sido expulsos pelos Tupinambá. Quando retornaram ao sertão, voltaram a entrar em conflito com os seus inimigos Tapuia.*